



Calidoscópico

E-ISSN: 2177-6202

calidoscopio@unisinis.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Giering, Maria Eduarda; Charaudeau, Patrick
Entrevista com Patrick Charaudeau
Calidoscópico, vol. 10, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 328-331
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=571562020002>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Entrevista

Maria Eduarda Giering

eduardag@unisinos.br

Patrick Charaudeau

patrick.charaudeau@free.fr

Entrevista com Patrick Charaudeau¹

Interview with Patrick Charaudeau

O entrevistado, neste número da *Calidoscópico*, é Patrick Charaudeau, criador da teoria Semiolinguística. Ele é atualmente Professor Emérito da Universidade de Paris-Nord (Paris 13), diretor-fundador do Centro de Análise de Discurso (CAD), pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique a (CNRS) e membro do Collège Iconique do Institut National de l'Audiovisuel (INA). Um dos temas de interesse do grupo de pesquisas coordenado pelo Prof. Charaudeau é a mediação da ciência, assunto de investigação também do grupo Popularização da Ciência na Mídia: Perspectivas Linguístico-Discursivas, coordenado pela Profª Maria Eduarda Giering, no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGLA) da Unisinos. Em novembro de 2012, Charaudeau esteve na Unisinos, onde ministrou o seminário Controvérsias Científicas e Mediação da Ciência e proferiu a palestra intitulada Da Linguística da Frase à Linguística do Discurso, no PPGLA, ocasião em que a Profª Maria Eduarda o entrevistou. A bibliografia completa assim como alguns arquivos com artigos integrais do Prof. Charaudeau podem ser encontrados em seu site pessoal: <http://www.patrick-charaudeau.com/>.

Maria Eduarda Giering (MEG): Sobre o questionamento que ocupa os linguistas estudiosos do discurso de popularização da ciência, se existe ou não de um *continuum* entre o discurso de divulgação científica em geral e o discurso de mediação científica em particular, embora o senhor reconheça que a resposta não é simples, sua posição sobre a questão – na obra *La médiation de la science* (Charaudeau, 2008a) – é a de que ocorre

ruptura e não continuidade entre, de um lado, o discurso científico e, de outro, os discursos de divulgação e de mediação da ciência. Poderia esclarecer melhor no que consiste esta ruptura?

Patrick Charaudeau (PC): É importante fazer uma diferenciação entre o discurso de divulgação e o discurso de mediação. É uma questão de contrato. O discurso de divulgação tem como finalidade revelar o resultado de uma lei científica, do funcionamento de um fenômeno particular, e dos processos experimentais pelos quais a pesquisa passou para estabelecer um saber técnico: um fenômeno estudado pela física, pela biologia, pela química, pela astrofísica, etc. A instância *público* a que se dirige o discurso “não sabe”. Não sabe em diferentes graduações de “saber” e “não saber”, razão pela qual há diferentes suportes de divulgação (revistas, manuais de instruções), segundo o grau de conhecimento do público. Por isso, a instância produtora do discurso de divulgação tem a perspectiva de construir um discurso explicativo o mais claro possível, com graus de explicitação variáveis segundo o tipo de público ao qual se dirige. Com isso, o divulgador passa a ocupar uma posição parecida com a de um tradutor: deve ser o mais fiel possível aos dados do saber científico e ao texto que os expõe, e deve reformular da forma mais clara possível os termos, levando em conta o destinatário que imagina. Nessa perspectiva pedagógica e nesse contrato pode-se dizer que há certa continuidade entre o texto científico e o texto de divulgação.

No caso da mediação da ciência, o contrato é diferente: é o contrato midiático que se impõe ao

¹ Tradução das respostas (escritas em Espanhol): Natália Labella, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos e Professora do Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS), Câmpus Porto Alegre.

científico e não o contrário. O contrato midiático – quando se trata de informação – tem duas lógicas como finalidade: uma lógica de credibilidade e uma lógica de captação. E, muitas vezes, é a segunda que se sobressai à primeira, a qual consiste em dramatizar a informação. Por outro lado, o público é muito mais heterogêneo do que no discurso de divulgação. Aqui, se há diferenças na forma de explicitar a informação, isso se deve ao tipo de público que o órgão midiático imagina atender. Isso faz com que o discurso que se implementa nesse caso consista mais em fazer um relato sobre a façanha do descobrimento, as dificuldades que os pesquisadores encontraram, os resultados extraordinários e as possíveis aplicações que revolucionariam a vida. Nessa perspectiva de construção dramatizante, pode-se dizer que há uma ruptura entre o texto científico e sua relação midiática.

MEG: Ao fazer um balanço sobre a midiatização da ciência, o senhor comenta que se passou da visão tradicional dos anos 70, quando a academia acreditava que apenas os especialistas eram detentores do saber, para um momento atual, em que o saber científico é finalmente posto em questão pelos leigos. O senhor adverte, porém, sobre o perigo de se cair num populismo generalizado. Poderia falar um pouco sobre isso?

PC: Trata-se de uma suposição, de uma hipótese. O que se observa atualmente é a predominância dos meios de informação em seu afã de captar a maioria da audiência, desenvolvendo-se mais o aspecto dramático da informação ao invés do aspecto sério, com base na presunção de que, ao se mostrar demasiadamente sério, perderia audiência. É este o risco do populismo: apresentar-se a ciência apenas como uma aventura, levando os leitores ou os telespectadores a acreditarem na ilusão de saber, quando, ao final das contas, não se explica nada. Contudo, com a proliferação dos canais de televisão, é necessário investigar um pouco mais para ver quais são as diferentes maneiras de fazer esse tipo de programa. O certo é que, na França, os canais de divulgação científica desapareceram e foram substituídos por debates sobre os grandes temas da sociedade que acabam dando lugar à controvérsia.

MEG: Tem-se observado sua preocupação em destacar a noção de sujeito do discurso, que, aliás, sempre ocupou uma posição central em seus trabalhos. Por que é importante, atualmente, retomar a noção de sujeito do discurso?

PC: Eu faço parte de uma geração que foi se formando durante o desenvolvimento da linguística, da semiótica e da antropologia estrutural, da aparição da teoria gerativa, da sociolinguística, da pragmática, enquanto paralelamente se implementava uma nova filosofia e uma nova sociologia. Desse modo, os estudantes da minha

geração frequentaram as aulas de Pottier, Greimas, Ducrot, Barthes, Foucault, Lévi-Strauss, etc.

Portanto, passei por várias teorias e metodologias: gramaticais, lexicais, textuais, comunicativas, e tive vários momentos de análises, desde as mais empíricas até as mais teóricas.

Há bastante tempo privilegio estudos que estabelecem relações entre os fatos discursivos (verbais ou icônicos) e os fenômenos da comunicação social, razão pela qual meu trabalho é muito interdisciplinar. Tento estabelecer relações entre os fatos linguísticos e as características das situações de comunicação social, em consonância com as condições sociodiscursivas da produção da linguagem, passando por teorias do sujeito falante e dos gêneros discursivos.

Daí a importância da noção de sujeito que eu coloco no coração de toda atividade de linguagem. Desde o estruturalismo, passando também pelo cognitivismo, pela pragmática de Searle e Austin, e pela análise do discurso da primeira fase fundada na busca da ideologia escondida nos textos, o sujeito não existia. Tudo era visto como se fosse a sociedade quem falasse e sobredeterminasse totalmente o sujeito. É uma postura que faz do sujeito um escravo da ideologia. Para mim, o sujeito é, ao mesmo tempo, determinado por uma série de condições de produção, umas de ordem situacional, outras de ordem cognitiva, livre para jogar com estratégias discursivas visando “individualizar-se”: não há sujeito que não busque o fazer-se existir.

MEG: Quando estudamos os componentes do dispositivo da comunicação, presente na sua *Grammaire* e, entre outros textos, no capítulo “Os modos de organização do discurso” da obra *Linguagem e Discurso* (Charaudeau, 2008b), encontramos, antecedendo os Modos de Organização Descritivo, Narrativo e Argumentativo, o Modo de Organização Discursivo Enunciativo. O senhor destaca e justifica o posicionamento do Enunciativo ante os demais Modos, afirmando que ele tem uma vocação essencial, que é a de “dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo; por outro lado, e em nome dessa mesma vocação, esse Modo intervém na encenação de cada um dos três outros Modos de organização. E é por isso que se pode dizer que este Modo comanda os demais” (Charaudeau, 2008b, p. 74). Mas seria o Enunciativo realmente um Modo, classificado na mesma ordem dos outros Modos de Organização, se “todo ato de linguagem se compõe de um propósito referencial que está encaixado num ponto de vista enunciativo do sujeito falante” (Charaudeau, 2008b, p. 82).

PC: Eu gostaria de voltar à dimensão enunciativa porque, do meu ponto de vista, é ela que estabelece a ligação entre a linguística da língua e a linguística

do discurso. Sabemos que há duas concepções de enunciação, conforme a consideremos do ponto de vista da língua ou do discurso, ambos intimamente ligados. Do ponto de vista da língua, a enunciação foi definida pelos textos, considerados como fundadores, de Emile Benveniste. Esse autor coloca a presença dos sujeitos *eu* e *tu* como determinante do próprio ato de linguagem, na medida em que falar envolve sempre um locutor *eu* dirigindo-se a um interlocutor *tu* (individual ou coletivo, presente ou ausente), o qual pode, por sua vez, tomar posse da palavra. Estabelece-se assim, entre eles, uma relação de reciprocidade não simétrica: não há *eu* sem *tu*, não há *tu* sem *eu*. A partir desse princípio de funcionamento da linguagem – que determina a presença do “homen na língua” – Benveniste descreve o que ele chama de aparelho formal da enunciação, ou seja, o conjunto de formas e sistemas linguísticos que exprimem de um modo ou de outro os diferentes posicionamentos do sujeito falante em relação a seu interlocutor e o que ele diz. Assim encontramos no centro desse aparelho formal os pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas (posicionamento dos locutores), os tempos verbais e os advérbios de tempo (posicionamento no tempo), os dêiticos (posicionamento em relação ao espaço), os verbos, os advérbios de modalidade e o discurso reportado (posicionamento em relação ao enunciado), e, enfim, os adjetivos afetivos (posicionamento em relação à subjetividade do locutor).

Do ponto de vista do discurso, a enunciação engloba a totalidade do ato de linguagem. A enunciação é agora um processo pelo qual um sujeito falante coloca em cena seu dizer, em função de diversos parâmetros: a situação de comunicação em que ele se encontra, a imagem que ele faz de seu interlocutor para calcular os efeitos que ele quer produzir sobre o outro, o universo do saber que ele julga compartilhar com seu interlocutor e aquele que ele quer lhe transmitir. Dito de outro modo, o sujeito falante procede à enunciação de seu ato de linguagem, como já dissemos, em função das *instruções discursivas* que os componentes da situação de comunicação lhe dão, recorrendo ao *aparelho de enunciação* que o sistema linguístico lhe fornece, e este, aos fins de *legitimação*, de *credibilidade* e de *captação*, que são as três perspectivas que caracterizam o ato de linguagem como ato de comunicação².

Duas definições de enunciação, porém, se articulam, como veremos. A concepção discursiva predomina uma vez que é ela que determina o ato de linguagem em situação, mas é com a ajuda da concepção linguística que fornece ao sujeito falante o aparelho de marcas linguísticas com as quais ele contará para se expressar. O linguista do discurso é nisso diferente do linguista da

língua, porque deve dar uma confiança apenas relativa às marcas verbais. Ele diz que deve buscar o sentido para além do emprego das palavras e das construções frasais. Vamos ver, atrás da máscara da manifestação enunciativa ou de seu apagamento, o sentido discursivo escondido.

Em resumo, diremos que todo ato de linguagem depende de um *dispositivo comunicacional* que dá *instruções discursivas* ao sujeito falante, em função do qual ele procederá a uma *enunciação*. O dispositivo faz parte das condições contratuais de produção do ato de linguagem, mas não constitui sua totalidade. É por isso que convém distinguir *ato de comunicação* (englobador) e *ato de enunciação* (especificador), e daí situação de comunicação e situação de enunciação. A primeira é constituída por parâmetros que constituem o dispositivo sócio-comunicacional que dá as instruções ao sujeito falante; a segunda é o resultado do modo como o sujeito falante utiliza essas instruções para colocá-las em cena.

MEG: A comunicação atualmente se faz cada vez mais por meios virtuais, nos quais frequentemente a identidade dos parceiros da comunicação é desconhecida. Como a Semiologia lida com esta nova realidade?

PC: Ainda não estudei esta questão. Trata-se de uma questão importante, e precisamos sugerir aos alunos de mestrado e doutorado que reúnam *corpora* de textos que circulam na internet para analisá-los segundo certos critérios de construção de *corpus*. Efetivamente, entre as particularidades que aparecem à primeira vista está a ausência de identidade dos protagonistas que comunicam. Mas também aqui há graus de identidade, porque uma parte da comunicação pelo Facebook ocorre entre amigos. É necessário pesquisar.

MEG: Como o senhor vê os estudos em Linguística Aplicada (LA) hoje? Qual o papel da LA atualmente?

PC: Já afirmei em mais de uma ocasião que não gosto da denominação Linguística Aplicada. A linguística não se aplica; na verdade, recorreremos às suas contribuições para ver em que medida ela pode ser útil para o objetivo que pretendemos alcançar. Por exemplo, no campo do ensino de línguas (materna e estrangeira), há objetivos que implicam uma série de obrigações concretas que variam segundo o nível de ensino, a matéria, as circunstâncias educativas: é, uma vez mais, uma questão de contrato de comunicação. Então, em função desse contrato e de todas as condições de ensino, pode-se recorrer aos dados e às explicações

² Ver Charaudeau (2008c).

que as ciências da linguagem propõem, mas com o objetivo de adaptá-las à realidade pedagógica e não de aplicá-las de maneira sistemática.

Nesse aspecto, minha *Grammaire du sens et de l'expression* (Charaudeau, 1992), adaptada em parte por colegas brasileiros no livro *Linguagem e Discurso*, não é mais do que uma proposta, uma caixa de ferramentas que pode servir para solucionar problemas de ensino e de análise.

Referências

- CHARAUDEAU, P. 2008a. *La médiatisation de la science*. Bruxelas: De Boeck, 128 p.
- CHARAUDEAU, P. 2008b. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 256 p.
- CHARAUDEAU, P. 1992. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette, 927 p.
- CHARAUDEAU, P. 2008c. L'argumentation dans une problématique de l'influence. *Argumentation et Analyse du Discours*. Disponível em: <http://aad.revues.org/171>. Acesso em: 07/112012.

Maria Eduarda Giering

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Av. Unisinos, 950, Cristo Rei
93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil

Patrick Charaudeau

Collège Iconique do Institut National de l'Audiovisuel (INA)
4 avenue de l'Europe
94366 Bry-sur-Marne, Paris, France